



Brasileiro vê baixo apoio a mulheres na disputa eleitoral

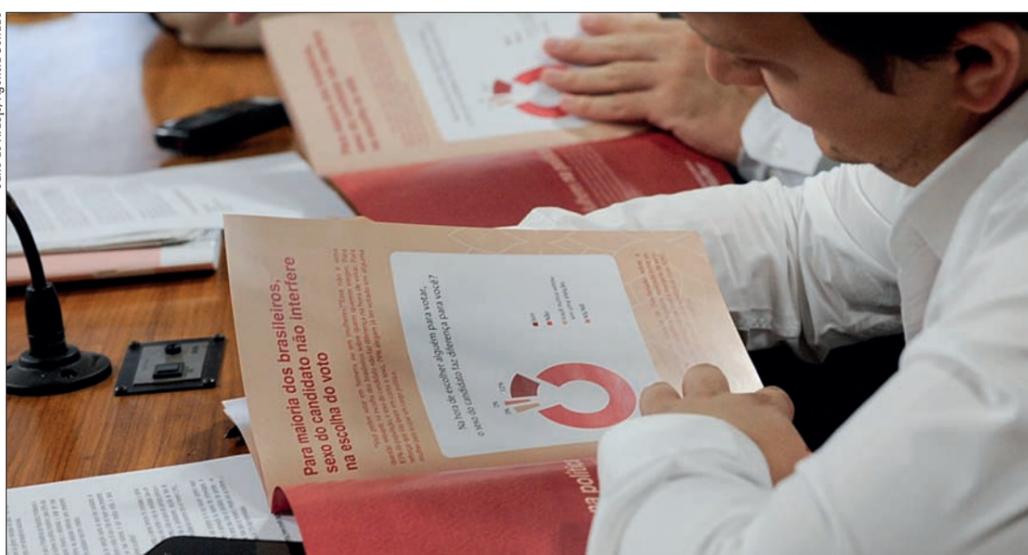
Entrevistados pelo DataSenado acreditam que o principal obstáculo para uma maior participação feminina nas candidaturas das eleições é a falta de apoio dos partidos

Nas eleições de domingo, 70% dos candidatos são homens. Pesquisa do

DataSenado revela que, para 39% dos 1.091 entrevistados, o motivo dessa baixa participação feminina é a

falta de apoio dos partidos. O sexo não influencia na decisão de voto para 83% das pessoas ouvidas. **4**

Jane de Araújo/Agência Senado



Os resultados da pesquisa foram apresentados ontem durante entrevista coletiva de servidores que participaram do trabalho

Edição de segunda-feira trará perfil dos senadores eleitos

Além dos resultados das eleições para presidente da República e para governadores, o **Jornal do Senado** de segunda-feira publicará perfis dos 27 senadores eleitos. Na seção *Arquivo S*, uma reportagem especial lembrará a eleição de 1894, a primeira em que os brasileiros puderam ir às urnas para escolher presidente.

No domingo, os outros veículos de comunicação do Senado — Rádio, TV, Agência e redes sociais — farão cobertura completa da votação, com entrevistas, análises e acompanhamento da apuração de votos. No Portal de Notícias, serviços de consulta já estão disponíveis. **2**

“Cola” de votação

Anote os nº dos seus candidatos, recorte e leve para facilitar a digitação na urna

Deputado estadual/distrital				
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Deputado federal				
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Senador				
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Governador				
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Presidente				
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>

Ferramenta mostra eleições para o Senado desde 1945

Infográfico interativo do Portal de Notícias do Senado identifica os senadores eleitos nas últimas

sete décadas. É possível comparar as votações alcançadas em diferentes estados e anos. **2**

Adicional de insalubridade para jornalistas é tema de projeto **3**

Menor cuidado pela família poderá ser sustentado por padrinho **3**

Compra de caminhão pode ser incentivada

Os motoristas autônomos que transportam cargas poderão ter mais facilidade na hora de comprar caminhões. Projeto de lei pretende auxiliar na aquisição desse tipo de veículos por meio da redução de alíquotas do PIS-Pasep e Cofins e da isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). **3**

Comissão mista debate diretrizes orçamentárias

Relatório preliminar de Vital do Rêgo para o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) será analisado por senadores e deputados na quarta-feira. A LDO estabelece metas e

prioridades da administração pública federal para o ano seguinte. No mesmo dia, os parlamentares devem definir um cronograma para as demais votações pendentes na comissão. **3**

A ministra do Planejamento, Miriam Belchior, falou sobre as perspectivas econômicas de 2015 na Comissão Mista de Orçamento, em abril



Pedro França/Agência Senado

O SENADO VOTOU. AGORA É LEI
Estatuto da Juventude



Liberdade é ter autonomia

Os jovens sonham ser livres e independentes. Por isso, o Congresso Nacional aprovou o Estatuto da Juventude, que permite a você que tem entre 15 e 29 anos viver com mais autonomia.

É a lei ajudando os jovens a alçar voos cada vez maiores.

saiba mais em:
www.senado.leg.br/agoraelei



Senado faz cobertura total da maior eleição da história

Além da edição especial do **Jornal do Senado** na segunda-feira, durante o fim de semana haverá análises, entrevistas e resultados nos veículos da Casa — Rádio, TV, Agência e redes sociais

NA SEGUNDA-FEIRA, O **Jornal do Senado** trará os perfis dos 27 senadores eleitos e reportagens sobre o dia de votação. A seção *Arquivo S* contará a história da primeira eleição presidencial direta da história do Brasil, há 120 anos, vencida pelo paulista Prudente de Moraes. Mas a cobertura jornalística dos veículos de comunicação do Senado começa antes e vai além.

No domingo, 142 milhões de brasileiros vão às urnas em todo o território nacional e em outros 89 países onde há seções eleitorais. O eleitor que acessar o Portal de Notícias, sintonizar a Rádio e a TV Senado ou seguir as páginas do Senado no Twitter (@Agencia_Senado, @RadioSenado, @tvsenado) e no Facebook terá um amplo conteúdo sobre as eleições de 2014 — não apenas para o Senado, mas para a Presidência da República, a Câmara dos Deputados e os governos estaduais e assembleias legislativas.

Flashes ao vivo na programação da Rádio Senado e da TV Senado trarão informações sobre o clima eleitoral em todo o país, os resultados parciais a partir da divulgação do Tribu-



No domingo, 142 milhões de brasileiros irão às urnas para escolher representantes

nal Superior Eleitoral (TSE) e entrevistas com os senadores eleitos.

Na TV Senado, flashes começam às 12h de domingo, direto da sede do TSE. Um programa especial, das 17h às 20h, discutirá os desafios que os eleitos enfrentarão em seis áreas — economia, segurança, saúde, relações internacionais, educação e política. Às 20h, o consultor do Senado Antônio Barbosa debaterá os resultados com o analista político Antônio Augusto de Queiroz, o Toninho do Diap. Na segunda-feira, o *Senado em Dia* trará os números finais a partir das 8h15.

A transmissão da Rádio Senado começa às 8h, com boletins de hora em hora do TSE, das ruas de Brasília, de todos os estados e dos consulados em Tóquio, Nova York, Lisboa e Buenos Aires. A cada duas horas, das 8h30 às 16h30, a Rádio Senado transmitirá o *Giro Nacional de Notícias da Rede Pública de Rádios*, em rede com a Empresa Brasil de Comunicação (EBC). Tudo estará disponível na Rádio Agência. Os ouvintes poderão participar pelo telefone (0800 612210), pelo Twitter (twitter.com/RadioSenado) e pelo Facebook (facebook.com/RadioSenado).

Vídeos e análises no site especial Eleições 2014

No hot site especial Eleições 2014, já estão disponíveis reportagens detalhando o funcionamento do Senado e da Câmara, infográfico explicando o que é permitido e proibido no dia da eleição, análises de especialistas sobre o eleitorado de 2014 e vídeos em que cientistas políticos e pesquisadores contam a história do sistema eleitoral no Brasil.

Assim que o TSE confirmar os 27 senadores eleitos, Rádio, TV e Agência Senado divulgarão os perfis completos deles e os de suplentes que venham a assumir as cadeiras de senadores eleitos para governos estaduais em primeiro turno.

No domingo, o hot site apresentará a projeção das novas bancadas do Senado e da Câmara e a lista de campeões de votos em todo o país.

Entre outras novidades, o pleito deste ano amplia o cadastramento biométrico, testado pela primeira vez em 2010 com 1,1 milhão de eleitores. Desta vez, serão quase 21 milhões de eleitores. Isso representa 15% do eleitorado nacional. O objetivo da Justiça Eleitoral é identificar 100% dos eleitores por esse método dentro de quatro anos, reduzindo o risco de fraudes.

Esta eleição ainda estende o voto em trânsito a todas

as cidades com mais de 200 mil eleitores. Também será a primeira eleição nacional em que se aplica a Lei da Ficha Limpa. Embora tenha sido sancionada em 2010, meses antes da última eleição geral, o Supremo Tribunal Federal considerou que ela não podia ser aplicada naquele mesmo ano. Até a semana passada, mais de 240 registros de candidaturas haviam sido indeferidos pela Justiça Eleitoral em todo o país, com base na Lei da Ficha Limpa, para as eleições deste ano. Além disso, o TSE aprovou o envio de forças federais a cerca de 200 municípios em 9 estados.

Quadro interativo lembra 19 eleições para o Senado

A evolução do quadro eleitoral das últimas sete décadas é o que o internauta vai encontrar em um infográfico interativo do Portal de Notícias, que identifica os senadores eleitos de 1945 a 2010. A ferramenta mostra o resultado de 18 eleições nacionais, além da votação "solteira" de 1988 para as primeiras vagas do então recém-criado Tocantins.

Passando o mouse sobre o mapa, é possível comparar as votações alcançadas em diferentes estados e anos, em relação ao total de votantes ou em números absolutos.

De acordo com o quadro, o menor total obtido por um senador eleito diretamente no período compreendido pelo levantamento foi o de Adalberto Sena (PTB), no Acre, em 1962: 6.855 votos. O

maior, 11 milhões, coube ao senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) em São Paulo, em 2010. O infográfico também permite analisar as votações de cada partido.

O internauta verá regras eleitorais diferentes das atuais, como a que permitia que um candidato concorresse em mais de um estado, em 1945. Naquele ano, Luiz Carlos Prestes, do Partido Comunista, recebeu votos em 19 unidades da Federação, mas foi eleito por apenas uma: o antigo Distrito Federal.

Também é possível lembrar o bipartidarismo imposto pela ditadura militar, que limitou a disputa eleitoral à Arena e ao MDB entre 1966 e 1978.

Acesse o infográfico pelo link: <http://bit.ly/eleicoesSenado>



Serviço on-line resgata eleitos para o Senado desde o pleito de 1945

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Discursos

9h Sessão não deliberativa, destinada a pronunciamentos dos senadores.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **9h**, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, **a sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portella
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário:
 Magno Malta, Jayme Campos,
 João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral e secretário-geral da Mesa:
 Luiz Fernando Bandeira

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich
Diretor-adjunto: Flávio de Mattos
Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Marco Antonio Reis
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Coordenação de Cobertura: Nelson Oliveira
Coordenação de Edição: Sílvia Burtle
Coordenação de Multimídia: James Gama
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição: André Falcão, Laércio Franzone, Marina Domingos e Ricardo Westin

Diagramação: Beto Alvim e Ronaldo Alves

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira, Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Em reunião marcada para quarta-feira, senadores e deputados podem votar o relatório preliminar apresentado por Vital do Rêgo para a Lei de Diretrizes Orçamentárias

Comissão avalia diretrizes do Orçamento 2015

A COMISSÃO MISTA de Orçamento (CMO) agendou para quarta-feira, às 14h30, reunião extraordinária em que pode ser votado relatório preliminar do senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2015.

A LDO é o instrumento pelo qual o governo estabelece metas e prioridades da administração pública federal para o ano seguinte, como as obras e os serviços mais importantes. Ela é elaborada todos os anos pelo chefe do Poder Executivo, com auxílio do Ministério do Planejamento, do Banco Central e do Ministério da Fazenda, entre outros.

Antes da reunião extraordi-

nária, às 14h, parlamentares se reunirão com o presidente da CMO, deputado Devanir Ribeiro (PT-SP), para tentar definir um cronograma de votações pendentes.

Além do relatório preliminar da LDO, há diversos créditos adicionais pendentes de votação. Entre eles, o que destina R\$ 333 milhões para investimentos em portos; o que remaneja R\$ 58,5 milhões para o transporte rodoviário; o que destina R\$ 18,5 milhões para o Poder Judiciário e o Ministério Público; e o que repassa R\$ 50 milhões à empresa Pré-Sal Petróleo. Há ainda a medida provisória que destinou R\$ 1,3 bilhão para vários órgãos federais.



Vital do Rêgo apresentou o relatório que será analisado pelos demais integrantes da CMO, presidida por Devanir Ribeiro

Projeto dá insalubridade a jornalistas

Os profissionais de jornalismo que exercem atividade profissional em situação de risco poderão receber um adicional ao salário. É o que prevê o Projeto de Lei do Senado (PLS) 114/2014, que está em análise na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). De autoria de Ângela Portela (PT-RR), a matéria aguarda designação do relator.

O projeto altera o Decreto-Lei 5.452/1943, que instituiu a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), e determina que o valor adicional será de 10% sobre o salário, sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros das empresas.

No texto, profissionais da área do jornalismo são todos aqueles que exercem a atividade jornalística, por meio de processos gráficos, radiofônicos, fotográficos, cinematográficos, eletrônicos, informatizados ou quaisquer outros, em veículos de comunicação social.

O projeto prevê também que o adicional será destinado

àqueles que, no mês da remuneração, tenham trabalhado em cobertura de eventos de risco, durante, pelo menos, três jornadas de trabalho diárias. Na justificativa, a senadora afirma que “esses profissionais não recebem a atenção legal devida, não dispõem de equipamentos de proteção individual aptos a protegê-los e são mandados para as ruas em que, frequentemente, há um clima de guerra civil”.

Ângela lembrou o caso de Santiago Andrade, cinegrafista da TV Bandeirantes morto em

fevereiro deste ano, após ser atingido por um rojão durante a cobertura de uma manifestação contra o aumento da passagem de ônibus, no centro do Rio de Janeiro.

A senadora explicou que as condições atuais de trabalho desses profissionais não condizem com um mínimo razoável de segurança. Ela também observa que “novas ocorrências com vítimas são previsíveis, dado o risco embutido na atividade, mas é preciso oferecer compensações a esses profissionais necessários”.



Homenagem a Santiago: trabalho de risco pode gerar adicional no salário

Texto prevê incentivo para caminhoneiros

Os transportadores autônomos de carga poderão ter mais facilidade na hora de comprar caminhões. O Projeto de Lei do Senado (PLS) 704/2011 facilita a aquisição desses veículos por meio da redução de alíquotas e da isenção de tributos federais incidentes sobre o produto.

O projeto reduz a zero as alíquotas da contribuição para o PIS-Pasep e Cofins, além de isentar de IPI a aquisição de veículos de carga para motoristas autônomos. De autoria de Kátia Abreu (PMDB-TO), o projeto tem relatoria de Francisco Dornelles (PP-RJ) favorável à aprovação e encontra-se na pauta da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde será examinado em votação final.

Na justificativa do projeto, a senadora lembra que há mais de 2 milhões de veículos de carga em circulação em todo o país e que cerca de 50% dessa frota pertence a transportadores autônomos. Kátia Abreu observa ainda

que a idade média desses veículos é superior a 18 anos, o que torna urgente a modernização em nome da segurança nas estradas e da economia na manutenção da malha viária. A senadora lembra ainda que, no Brasil, o escoamento da produção agrícola ainda depende do transporte rodoviário, apesar da vocação natural do país para abrigar outros modais, especialmente o ferroviário e o aquaviário.

Pela proposta, será reduzida a zero a alíquota da contribuição para a Cofins incidente sobre a receita bruta decorrente da venda, no mercado interno, de caminhão chassi com carga útil igual ou superior a 1,8 tonelada e de caminhão monobloco com carga útil igual ou superior a 1,5 tonelada. Para tanto, deverão ser observadas as especificações estabelecidas pela Secretaria da Receita Federal para o transportador autônomo de cargas inscrito em registro da Agência Nacional de Transportes Terrestres.

Senadores votam regras para apadrinhamento de crianças

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) está pronta para votar o PLS 171/2013, que legaliza a decisão de um padrinho de assumir o dever de sustentar um menor cuidado pela própria família. O relator, Cristovam Buarque (PDT-DF), considerou a iniciativa “louvável” e recomenda a aprovação.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) passará, segundo o projeto, a regular o apadrinhamento legal — total ou parcial — de menores. Esse mecanismo de sustento voluntário não poderá beneficiar, entretanto, crianças e adolescentes que estejam

em regime de acolhimento familiar ou institucional, ou seja, afastados da família de origem.

Na modalidade de apadrinhamento total, as necessidades de subsistência do beneficiário deverão ser bancadas integralmente pelo padrinho. Ele poderá assumir o sustento de até duas crianças ou adolescentes, salvo se elas tiverem irmãos, o que amplia essa responsabilidade financeira. Quem for apadrinhado nessa hipótese vai se tornar dependente do padrinho, mas não para fins previdenciários e fiscais e sem romper o vínculo de dependência mantido com o responsável legal.

No caso de apadrinhamento parcial, o padrinho terá a obrigação de repassar contribuições mensais, em dinheiro, bens ou serviços, em favor do apadrinhado. Além de não haver limite quanto ao número de beneficiários, essa modalidade não impõe a condição de dependência de um em relação ao outro.

O PLS 171/2013 estabelece algumas regras gerais para as duas modalidades. O apadrinhamento deverá ser formalizado por escritura pública, após consulta ao Ministério Público, e anotado nos registros de nascimento do apadrinhado e de casamento do

padrinho. Essa obrigação poderá ser extinta pela morte de uma das partes, pela maioridade do apadrinhado e pela manifestação do padrinho ou do responsável legal do apadrinhado.

“A proposta de apadrinhamento pode se tornar um meio adicional e complementar para minorar as dificuldades das famílias, motivando a solidariedade e a caridade de pessoas que possam ser mobilizadas a apoiar essas crianças diretamente e sem burocracias”, avalia Cristovam.

Após ser examinado pela CDH, o texto vai a votação final na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Pesquisa revela que sexo do candidato não interfere na decisão de voto de 83% dos entrevistados. Ainda assim, 70% dos candidatos nas eleições de domingo são homens

DataSenado: falta apoio de partidos a mulheres

ONÚMERO DE mulheres em disputa por algum cargo nas eleições deste ano é quase 50% maior do que no último pleito, em 2010. Apesar disso, sete de cada dez postulantes a uma vaga na eleição de domingo são homens. A falta de apoio dos partidos políticos é o principal motivo que leva uma mulher a não se candidatar para um cargo político, conforme constatou pesquisa do DataSenado divulgada ontem. As mulheres que apontaram esse motivo somam 41% dos entrevistados.

As entrevistas com 1.091 pessoas, entre homens e mulheres de todo o Brasil, de 16 anos ou mais, foram feitas por telefone entre os dias 12 de agosto e 3 de setembro deste ano.

Entre os motivos que restringem a participação da mulher, a falta de interesse por política aparece em segundo lugar (23%) e a dificuldade de concorrer com homens, em terceiro (19%).

Os dados do DataSenado revelam que não são os afazeres domésticos e a família que têm afastado as brasileiras das câmaras municipais, das assembleias e do Congresso Nacional. Esses motivos são pouco citados, ficando com apenas 5% e 6% das respostas, respectivamente.

— A própria falta de interesse por política, apontada como a segunda principal causa, pode ser decorrente de outros fatores. Não é por

falta de interesse. Elas demonstram interesse, que é um pouco mais baixo do que dos homens, mas é considerável. A grande barreira para a participação está dentro da política partidária — ponderou o assessor especial da Secretaria da Transparência do Senado Thiago Cortez.

A pesquisa, intitulada *A Representação da Mulher na Política Brasileira* (a primeira do gênero realizada no país), revelou também que os brasileiros não decidem o voto baseado em gênero. Para 83% dos entrevistados, na hora de escolher alguém para votar, o sexo do candidato não faz diferença. Para reforçar que não levam em conta o gênero,



Servidores do Senado concedem entrevista sobre a pesquisa do DataSenado

79% alegam já ter votado em uma mulher para ocupar um cargo político. A eleição em 2010 da presidente Dilma Rousseff contribuiu para influenciar os eleitores a votarem em mais mulheres, conforme a pesquisa. Foi o que afirmaram 65% dos entrevistados.

Entre aqueles que consideram que o gênero é determinante nessa escolha (um total de 12% dos entrevistados), 49% disseram que preferem votar em mulheres e 38%, em homens.

— Da parte do eleitorado, não há qualquer impedimento, qualquer restrição à participação das mulheres na política. O eleitorado não apenas está disposto a votar em mais mulheres como também não considera o sexo na hora de optar. Muitos indícios, aliás, dizem que quando há predileção, a predileção é inclusive por mulheres — observou Cortez.

O levantamento, que contou

com o apoio da Procuradoria Especial da Mulher, tem margem de erro de 3 pontos percentuais e confiabilidade de 95%. Isso significa dizer que se a pesquisa for repetida 100 vezes, em 95 delas os resultados estarão dentro da variação de 3 pontos percentuais para mais ou para menos.

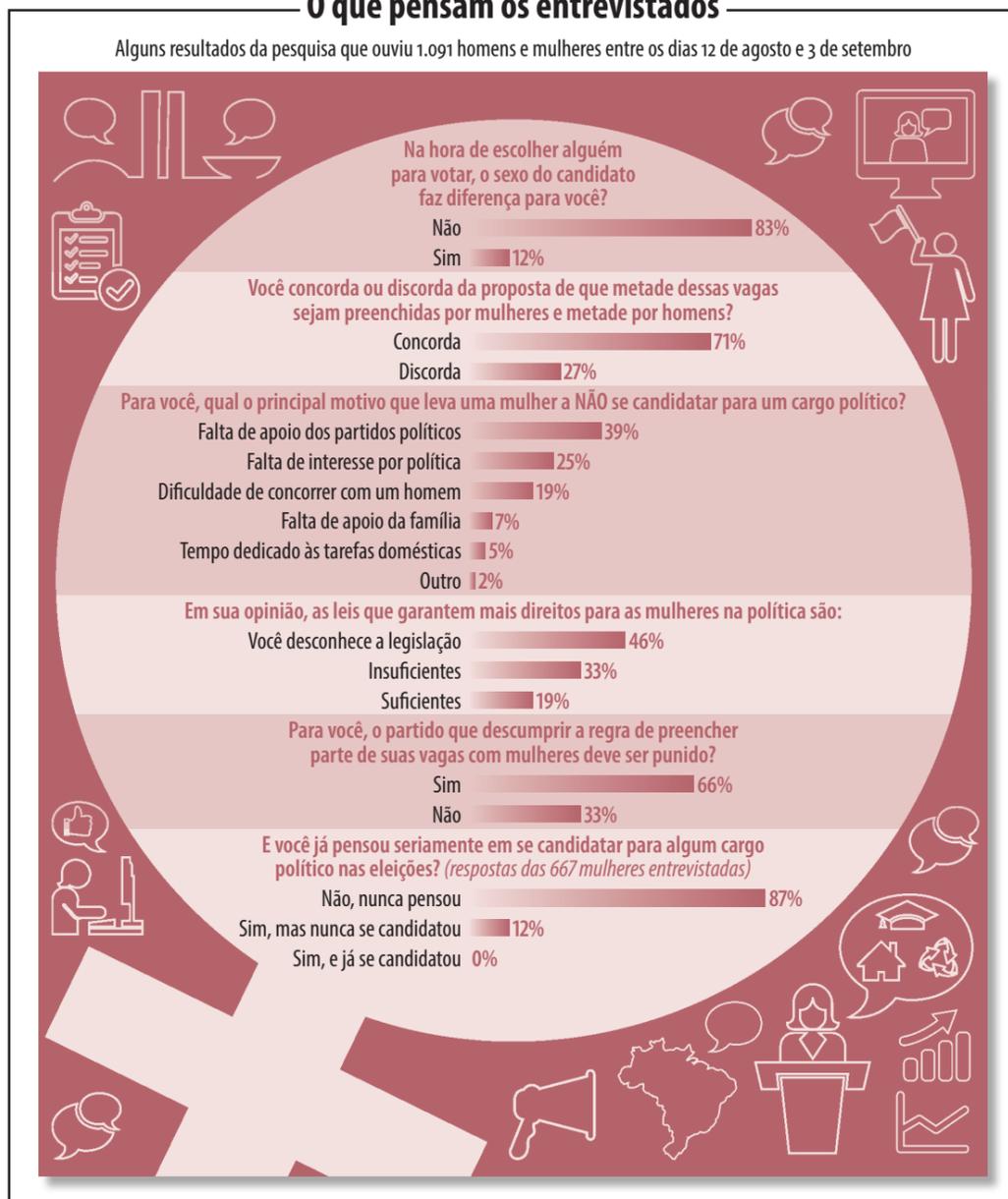
Segundo a consultora legislativa Maria da Conceição Lima Alves, a pesquisa do DataSenado reforça a tese da Procuradoria da Mulher do Senado de que a legislação em vigor tem sido insuficiente para garantir uma participação mais igualitária da mulher na política.

— Os partidos precisam ser cobrados pelo fortalecimento das candidaturas de mulheres. A pesquisa confirmou a existência de um fator inibidor dentro dos partidos a essas candidaturas — observou a consultora.

Veja a pesquisa na íntegra: <http://bit.ly/DataSenadoMulheres>

O que pensam os entrevistados

Alguns resultados da pesquisa que ouviu 1.091 homens e mulheres entre os dias 12 de agosto e 3 de setembro



Fonte: DataSenado

Campanhas podem ser obrigatórias

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) poderá ser obrigado a promover propaganda destinada a incentivar a participação feminina na política. É o que estabelece o Projeto de Lei do Senado (PLS) 115/2014, de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM). A matéria está em análise na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde tramita em decisão final, sob relatoria de Kátia Abreu (PMDB-TO).

Na justificativa do projeto, Vanessa lembra que a expe-

riência da luta das mulheres por direitos iguais, inclusive no que diz respeito ao processo político, demonstra que é preciso que sejam adotadas ações efetivamente afirmativas para que ocorram conquistas.

Na visão da senadora, deixar apenas como uma possibilidade a propaganda institucional destinada a incentivar a igualdade de gênero e a participação da mulher na política não é o mais adequado para a realidade política brasileira. Ela acrescenta que, para que

seja garantida a concretização dessa propaganda nos períodos eleitorais, é preciso que a obrigação seja prevista em lei.

Anibal Diniz (PT-AC) também demonstrou preocupação com a participação feminina na política. O senador defendeu o PLS 132/2014, de autoria dele, que garante a reserva de vaga para as mulheres nas eleições de renovação de dois terços do Senado. Das duas vagas em disputa para cada estado, uma seria destinada a mulher.

Brasileiros querem mais participação feminina

Os brasileiros apoiam propostas que garantem maior participação feminina na política, como a paridade entre os sexos nas listas de candidatos. É o que indica pesquisa divulgada ontem pelo DataSenado. De acordo com o levantamento, a proposta de garantir 50% das vagas nas listas para os homens e 50% para as mulheres recebeu o apoio de 71% dos entrevistados. Hoje, conforme a legislação eleitoral, o mínimo de vagas que devem ser preenchidas por cada sexo é de 30%.

— Os partidos não têm conseguido cumprir minimamente esses 30%, mas a Justiça Eleitoral não tem como propor punição, porque ela não está prevista na lei — observou o assessor especial da Secretaria da Transparência do Senado, Thiago Cortez.

Conforme o DataSenado, 66% dos homens e mulheres que participaram da sondagem apoiam punição para as legendas que descumprirem

as cotas mínimas por sexo. Quase 7 em cada 10 entrevistados responderam positivamente à proposta de reserva de um terço dos cargos políticos do Senado para mulheres.

Apesar de serem a maioria do eleitorado nacional, as mulheres não ocupam sequer 10% das cadeiras do Parlamento. O Brasil hoje está na 131ª posição em um ranking de 189 países, classificados pela União Interparlamentar (IPU) de acordo com o percentual de mulheres nos parlamentos nacionais.

O aumento da participação feminina na política brasileira é uma causa defendida e incentivada pela Justiça Eleitoral e pelo Congresso Nacional. A Consultoria e a Procuradoria Especial da Mulher do Senado fizeram um levantamento de projetos de lei do Senado (PLSs) que podem ajudar a solucionar o problema. São eles: PLSs 34/2013, 206/2013, 232/2013, 343/2013, 295/2011 — Complementar, 112/2010, 263/2010 e 241/2009.